AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 194/2026

Município de Boa Vista do Cadeado – RS
Secretaria Municipal de Educação
Requisição nº 2126/2026
Critério de julgamento: Menor preço por item
Ampla Competição

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado, por intermédio do Departamento de Licitações e Compras, sediado no Prédio Administrativo, localizado na Avenida Cinco Irmãos, nº 1130, Centro, no Município de Boa Vista do Cadeado, CEP 98118-000, realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO,com fundamento noart.75,*inciso II*,nos termos da Lein.º14.133,de1ºdeabrilde2021, Decreto Municipal nº 1.206 de 03 de janeiro de 2024 edemais normas aplicáveis, com critério de julgamento *menor preço.*

Início do envio das propostas (dia e horário):*Dia 19/11/2026, às 16 horas*
Data final para o envio das propostas (dia e horário):*Dia 26/11/2026, às 23 horas 59minutos*
Data de abertura das propostas (dia e horário): *Dia 27/11/2026, às 9 horas*
Local para envio: ***https://boavistadocadeado.rs.gov.br/licitacao***
CritériodeJulgamento:*menor preço*
RegimedeExecução:*Empreitada por Preço Unitário*

1. OBJETODACONTRATAÇÃODIRETA

O objeto da presente dispensa é aescolha da proposta mais vantajosa para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM SERVIÇO DE TRENZINHO COM 30 PASSEIOS PELA ÁREA URBANA, DAS 16H ÀS 22H, COM PERSONAGENS (PAPAI NOEL, MAMÃE NOEL, RENAS E HOMEM ARANHA). TRENZINHO TODO ILUMINADO, MÚSICAS NATALINAS, CHUVA DE NEVE ARTIFICIAL, MÁQUINA DE BOLHAS, TENDA DE PIPOCA E ALGODÃO DOCE (DISTRIBUIÇÃO GRATUITA À COMUNIDADE ATÉ 1000 UNIDADES DE CADA), DAS 18H ÀS 22H. PARA O EVENTO NATAL EM FAMÍLIA, QUE ACONTECERÁ NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2026, EM FRENTE A PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME CALENDÁRIO DE EVENTOS.

A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

Item	Unid.	Especificação	Quant.	Valor Unitário	Valor Total

1	UN	**CONTRATAÇÃO DE VEÍCULO TIPO TRENZINHO COM APROX 34 LUGARES PARA PASSEIO COM CRIANÇAS E ADULTOS COM PERSONAGENS (PAPAI NOEL, MAMÃE NOEL, RENAS). COM ILUMINAÇÃO , SONORIZAÇÃO NATALINAS**	1	R$ 11.350,00	R$ 11.350,00
					TOTAL: R$11.350,00

1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantosforemdeseuinteresse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, observadas as exigênciascontidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificaçõesdoobjeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

2.1. Poderão participar desta dispensa os fornecedores que atenderem ao disposto no Termo referência (anexo II) deste Aviso.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

2.2.2.estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nasvedações do art. 14, da Lein.º14.133,de1ºdeabrilde2021;

2.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas noartigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3. INGRESSONADISPENSAECADASTRAMENTODAPROPOSTA

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa ocorrerá com o envio de sua proposta no sítio oficial do Município, disponível no endereço eletrônico:***https://boavistadocadeado.rs.gov.br/licitacao***

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação

Direta,encaminhará,exclusivamente por meio do link disposto acima,a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto,até adata eo horário final disposto neste aviso.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta,em especial o preço ou o desconto ofertados,vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução d oobjeto;

3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento dasdisposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência,assumindo o proponente o compromisso de fornecer os materiais emquantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quandorequerido,suasubstituição.

4. JULGAMENTODASPROPOSTASDEPREÇO

4.1. Encerrado o prazo para o envio das propostas será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1.Neste caso,será encaminhad acontraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço,para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

4.2.2.A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados,respeitada a ordem de classificação,quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua propost apermanece racima do preço máximo definido para a contratação.

4.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado em ata e publicado no Sítio Oficial do município, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

4.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação,será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado,acompanhada de documentos complementares,se necessários.

4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a *60 (sessenta) dias***,** a contar dadata de sua apresentação.

4.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.6.1.contiver vícios insanáveis;

4.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos,desde que insanável.

4.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações doobjeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço oudaáreaespecializadanoobjeto.

4.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação,observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedo rmais bem classificado no prazo de até 2 horas após a declaração da melhor proposta.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedordetentordapropostaclassificadaemprimeirolugar,seráverificadooeventualdescumprimentodascondiçõesdeparticipação,especialmentequantoàexistênciadesanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futuracontratação,medianteaconsulta aos seguintescadastros:

a) CadastroNacionaldeEmpresasInidôneaseSuspensas–CEIS;e
b) CadastroNacionaldeEmpresasPunidas–CNEP.

5.3. Constatadaaexistênciadesanção,ofornecedorseráconsideradoinabilitado,porfaltadecondiçãodeparticipação.

5.4. NãoserãoaceitosdocumentosdehabilitaçãocomindicaçãodeCNPJ/CPFdiferentes,salvo aqueles legalmentepermitidos.

5.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por nãoapresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo comoestabelecidonesteAvisodeContrataçãoDireta.

5.5.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, oórgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente,naordemde classificação, atéa apuração deuma propostaque atendaàsespecificaçõesdoobjetoeascondições de habilitação.

5.6.Constatadooatendimento àsexigênciasdehabilitação,ofornecedorseráhabilitado.

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação,caso se conclua pela

6.2. contratação,será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7. INFRAÇÕESESANÇÕESADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstasnoart. 155daLei nº 14.133,de 2021,quaissejam:

7.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano àAdministração,aof uncionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5. Não manter a proposta,salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

7.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.10.1. considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação,quanto ao enquadramento comoME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa,mesmo após o encerramento da fase delances.

7.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

7.1.12. praticaratolesivoprevistonoart.5ºdaLeinº12.846,de1ºdeagostode2013.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitensanteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às

seguintessanções:

a) Advertência pela falta do subitem7.1.1deste Aviso de Contratação Direta,quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s)pela conduta do fornecedor,por qualquer das infrações dos subitens7.1.1a7.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3(três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de ContrataçãoDireta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos,pelo prazo mínimo de3(três)anos e máximo de 6(seis)anos,nos casos dos subitens8.1.8a8.1.12,bem comonos demais casosquejustifiquemaimposição da penalidade mais grave;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso não exclui, em hipótese alguma,a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante(art.156,§9º).

7.4. Todas a ssanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa(art.156,§7º).

7.5. Antes da aplicação da multa,será facultada a defesa do interessado no prazo de 15(quinze)dias úteis,contado da data de sua intimação(art. 157).

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor,a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente(art.156, §8º).

7.7. Previamenteaoencaminhamentoàcobrançajudicial,amultapoderáserrecolhida administrativamente no prazo máximo de *10 (dez)* dias, a contar da data dorecebimentoda comunicaçãoenviadapelaautoridadecompetente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado,observando-se o procedimento previstono**caput**e parágrafosdoart.158da Leinº14.133,de 2021,para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9.Na aplicação das sanções serão considerados(art.156,§1º):

7.9.1. A natureza e agravidade da infração cometida;

7.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. Os danos que dela provierem para oContratante;

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneida de para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na formado art.163daLeinº14.133,de2021.

8. DASDISPOSIÇÕESGERAIS

8.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados(procedimentofracassado),aAdministração poderá:

8.1.1. valer-se, para a contratação, de pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas as condições de habilitação exigidas, devendo ser obtidas, preferencialmente, no mínimo 3 (três) cotações. Na impossibilidade devidamente justificada de obtenção desse número, a contratação poderá ser realizada com quantidade inferior de propostas, inclusive com apenas 1 (uma) cotação válida.

8.1.1.1.No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.1.2. Republicar o presente aviso com uma nova data;

8.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação,conforme o caso.

8.2. As providências do s subitens 8.1.1 e 8.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados(procedimentodeserto).

8.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores,cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta,deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente daAdministração na respectiva notificação.

8.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica,mediante despacho fundamentado,registrado em ata e acessível a todos,atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.5. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e asegurança da contratação.

8.6. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação desuas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por essescustos,independentementedaconduçãooudoresultadodoprocessodecontratação.

8.7. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo,prevalecerá as deste Aviso.

8.8. Da sessão pública será divulga da Ata no Sítio eletrônico.

8.9. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, osseguintesanexos:

8.9.1. ANEXOI–DocumentaçãoexigidaparaHabilitação;

8.9.2. ANEXO II – Modelo de declaração doartigo 7°, XXXIII,daConstituição;

8.9.3. ANEXO III – Modelo de declaração da inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública;

8.9.4. ANEXOIV – TermodeReferência;

ANEXOI–DOCUMENTAÇÃO EXIGIDAPARAHABILITAÇÃO

1. Asexigênciasdehabilitaçãoaseremat endidaspelofornecedorsãoaquelasdiscriminad asnositens aseguir:

Habilitaçõesfiscal,socialetrabalhista:

a) provadeinscriçãonoCadastroNacionaldaPessoaJurídica(CNPJ);

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, medianteapresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria daReceitaFederaldoBrasil(RFB)epelaProcuradoriaGeraldaFazendaNacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e àDívidaAtivadaUnião(DAU)porelasadministrados,inclusiveaquelesrelativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº1.751,de02/10/2014,doSecretáriodaReceitaFederaldoBrasiledaProcuradora-Geral daFazendaNacional.

c) provaderegularidadecomoFundodeGarantiadoTempodeServiço(FGTS);

d) declaração de quenãoemprega menorde18anosemtrabalhonoturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvomenor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos doartigo 7°, XXXIII,daConstituição;

e) declaração da inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública;

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça doTrabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positivacom efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidaçãodas Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º demaiode1943.

g) prova de regularidade com a Fazenda *Estadual ou Municipal* ou Distritaldo domicílio ou sede dofornecedor,relativa àatividadeemcujoexercíciocontrataouconcorre;

- casofornecedorsejaconsideradoisentodostributos*estaduais/municipa is*oudistritaisrelacionadosaoobjeto,deverá comprovar tal condição mediante a apresentação decertidãooudeclaraçãodaFazendarespectivadoseudomicílioousede,oupor meiodeoutrodocumentoequivalente,naformadarespectivalegislaçãoderegência.

Somente será necessário o envio de habilitação pelo fornecedordetentordapropostaclassificadaemprimeirolugar dos documentos não passíveis de consulta em sites oficiais eletrônicos ou que mediante consulta os dados forem insuficientes para atestar a situação regular do fornecedor.

ANEXO II
DECLARACÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENORTRABALHADOR
(Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal)

REFERÊNCIA: __(licitação)___ Nº. _____/20____.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, sediada no(a) _____(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____, **DECLARA,** para fins do disposto no inciso V do art. 148do Decreto Municipal nº 1.206/2024 e Lei 14.133/2021, que **NÃO** emprega menores de 18 (dezoito) anosem trabalho noturno, perigoso ou insalubre e também **NÃO** emprega menores de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva:
Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz:**( )SIM** ou **NÃO( )**.

(Localidade), ... de ..... de 20.....

_____
(Nome e assinatura do responsável legal da licitante)
(Identificação completa)
(Nº do RG do declarante)

Observação:responder com "**X**" apenas uma das opções de ressalva acima,de acordo com a situação que se aplique à empresa.

ANEXO III

DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO

NOME DA EMPRESA_____ **CNPJ** _____**SEDIADA**_____ **(endereço completo),** declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

.....
data

.....
(representante legal, RG e CPF)

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

OBJETO

Contratação de empresa com serviço de trenzinho com 30 passeios pela área urbana, das 16h às 22h, com personagens (papai noel, mamãe noel, renas e homem aranha). Trenzinho todo iluminado, músicas natalinas, chuva de neve artificial, máquina de bolhas, tenda de pipoca e algodão doce (distribuição gratuita à comunidade até 1000 unidades de cada), das 18h às 22h. Para o evento Natal em Família, que acontecerá no dia 18 de dezembro de 2026, em frente a Prefeitura Municipal, conforme Calendário de Eventos.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições,quantidades,exigências e estimativas conforme segue:

Item	Especificação	Quant.	Un.
1	CONTRATAÇÃO DE VEÍCULO TIPO TRENZINHO COM APROX 34 LUGARES PARA PASSEIO COM CRIANÇAS E ADULTOS COM PERSONAGENS (PAPAI NOEL, MAMÃE NOEL, RENAS). COM ILUMINAÇÃO , SONORIZAÇÃO NATALINAS	1	UN

VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) adias contado da data inicial de vigência do contrato administrativo, ou documento equivalente (empenho).

CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

1.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de:

( ) bens ou serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021);

(X) bens ou serviços comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021);

( ) serviço especial de engenharia (art. 6º, inciso XXI, “b” Lei n.º 14.133/2021) ;

( ) serviço comum de engenharia (art.6º,incisoXXI,“a”Lein.º14.133/2021), cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

CAPÍTULOII
DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

NECESSIDADEDACONTRATAÇÃO

Justifica-se a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de entretenimento e recreação, compreendendo a disponibilização de trenzinho natalino, personagens temáticos e distribuição gratuita de pipoca à comunidade, para integrar a programação do evento VI Natal em Família, que será realizado no dia 18 de dezembro de 2026, em frente à Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado/RS, conforme previsto no Calendário Municipal de Eventos.

A contratação tem como finalidade proporcionar um momento de confraternização, lazer e integração social às famílias cadeadenses, especialmente às crianças, valorizando o espírito natalino e promovendo uma programação festiva, acessível e voltada à participação da comunidade.

O serviço do trenzinho natalino compreenderá a realização de 30 passeios pela área urbana do município, no horário das 16h às 22h, contando com quatro personagens temáticos, sendo Papai Noel, Mamãe Noel, renas e Homem-Aranha. O veículo deverá ser totalmente iluminado, com músicas natalinas, efeitos de chuva de neve artificial e máquina de bolhas, proporcionando uma experiência lúdica e diferenciada ao público participante, contribuindo para a ambientação e o encantamento da programação natalina.

Também será disponibilizada uma tenda para distribuição gratuita de pipoca e algodão doce à comunidade, no horário das 18h às 22h, com previsão de até 1.000 (mil) unidades de cada, garantindo uma atividade recreativa complementar e ampliando as oportunidades de participação das famílias no evento.

A iniciativa integra as ações promovidas pelo Município por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer-SMECEL, com o propósito e fortalecer os vínculos comunitários, incentivar a convivência familiar, proporcionar momentos de alegria às crianças e preservar as tradições culturais relacionadas às festividades natalinas.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para viabilizar a execução da programação prevista, oferecendo atrações recreativas e culturais que contribuam para o envolvimento da população e para a realização de um evento organizado, acolhedor e acessível à comunidade.

Assim, justifica-se a contratação dos serviços descritos, em consonância com o Calendário Municipal de Eventos e com o interesse público, proporcionando às famílias de Boa Vista do Cadeado um momento especial de celebração, integração e confraternização natalina.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução consiste na prestação integrada de serviços de entretenimento e recreação para o VI Natal em Família, em 18 de dezembro de 2026, em frente à Prefeitura Municipal de Boa Vista do Cadeado/RS.

O serviço compreende trenzinho natalino iluminado, com músicas natalinas, chuva de neve artificial, máquina de bolhas e personagens temáticos, além de tenda para distribuição gratuita de pipoca e algodão doce à comunidade.

Componente	Especificação

Trenzinho natalino	30 passeios pela área urbana, das 16h às 22h, com iluminação, músicas natalinas, chuva de neve artificial e máquina de bolhas.
Personagens	Papai Noel, Mamãe Noel, renas e Homem-Aranha.
Tenda recreativa	Distribuição gratuita de pipoca e algodão doce, das 18h às 22h.
Alimentos	Até 1.000 unidades de pipoca e até 1.000 unidades de algodão doce.

A contratada disponibiliza os equipamentos, estruturas, insumos, personagens e equipe necessários à execução integral do objeto. Os passeios ocorrem das 16h às 22h, e a tenda recreativa funciona das 18h às 22h.

A Administração acompanha a execução e verifica a conformidade dos serviços com as especificações, os horários e os quantitativos definidos para a programação do evento.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação compreende a disponibilização, em 18 de dezembro de 2026, de trenzinho natalino em condições adequadas de funcionamento e segurança, com iluminação temática, músicas natalinas, efeito de chuva de neve artificial e máquina de bolhas.

O serviço inclui a participação dos personagens Papai Noel, Mamãe Noel, renas e Homem-Aranha, bem como tenda para distribuição gratuita de pipoca e algodão doce à comunidade.

O trenzinho realiza 30 passeios pela área urbana do Município, das 16h às 22h. A tenda recreativa funciona das 18h às 22h, com distribuição de até 1.000 unidades de pipoca e até 1.000 unidades de algodão doce.

A contratada fornece os equipamentos, insumos, estruturas, transporte, montagem, operação, equipe, desmontagem e retirada necessários à execução integral do objeto.

A execução ocorre em condições adequadas de segurança, organização e higiene, especialmente quanto à operação do trenzinho, aos efeitos temáticos e à manipulação e distribuição dos alimentos.

A contratada mantém as condições de habilitação exigíveis e observa a legislação aplicável à prestação dos serviços, à circulação do veículo e às condições sanitárias relacionadas aos alimentos.

A aceitação considera a disponibilização dos componentes contratados, a realização dos 30 passeios, o funcionamento da ambientação temática, a presença dos personagens e a operação da tenda nos horários e quantitativos previstos.

CAPÍTULOIII
DOMODELODEEXECUÇÃODOOBJETO

1.1. São obrigações da Contratante:

a) Recebero serviço no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes no TR e proposta,para fins de aceitação e recebimento definitivo;

c) comunicar à Contratada,por escrito,sobre imperfeições,falhas ou irregularidades

verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão/servidor especialmente designado;

e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do serviço,no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados á execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada,de seus empregados,prepostos ou subordinados.

2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta,assumindo com o exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar o serviço, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

b) responsabilizar-se pelos vícios edanos decorrentes do serviço prestado, de acordocom os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

d) manter,durante toda a execução do contrato,em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

f) Atender os encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do contrato.

DASUBCONTRATAÇÃO

Não é permitidaa subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

CAPÍTULOIV
DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

2.2. Em caso de elaboração de contrato, nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será especialmente designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

2.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

2.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES (na sede da contratada)
O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

2.5. O serviço contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

2.6. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

2.7. O recebimento definitivo ocorrerá deforma tácita10 (dez) dias após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço executado e conseqüente aceitação.

2.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo serviço,nem a ético-profissional pela perfeita execução deste objeto.

DO PAGAMENTO

Liquidação

2.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

2.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

2.11.1. a data da emissão;

2.11.2. os dados do contrato e do órgão contratante;

2.11.3. o período respectivo de execução do contrato;

2.11.4. o valor a pagar; e

2.11.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

2.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

Prazo de pagamento

2.13. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

2.14. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

2.15. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

2.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CAPÍTULO VI
FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO
Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, o Setor de Licitação, embasado por Parecer Jurídico expedido pela Assessoria Jurídica, realizará a contratação por meio do Processo de Contratação Direta, conforme art. 72 da Lei 14.133/21, modalidade de dispensa de licitação, prevista no art. 75, II, da Lei 14.133/21, selecionando a proposta pelo critério menor preço.

ESTIMATIVA DE PREÇOS

Item	Especificação	Quant.	Un.	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE VEÍCULO TIPO TRENZINHO COM APROX 34 LUGARES PARA PASSEIO COM CRIANÇAS E ADULTOS COM PERSONAGENS (PAPAI NOEL, MAMÃE NOEL, RENAS). COM ILUMINAÇÃO , SONORIZAÇÃO NATALINAS	1	UN	R$ 11.350,00	R$ 11.350,00

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram obtidos no site de pesquisa de preços TAG.

Ressalto que os preços são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria

https://cotacoes.blob.core.windows.net/cotacoes-clientes/8583/relatorios_async/20261119_180532_05524533_Relatorio_tabela_Cotacao_8583.pdf

_____
Caroline Müller Bottega
Setor de Compras e Licitações

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.18. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursolivre consignado no Orçamento 2026.

2.18.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
Fonte de Recursos: 1500;
Projeto Atividade: 2.057 (Ações do Calendário de Eventos);
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.14.00.00;
Dotação orçamentária: 388/2026.

Boa Vista do Cadeado, 18 de novembro de 2026.

Grace Kelli Dickel Gonçalves
Coordenadora Pedagógica

Rochele Rieth
Secretária de Educação

Defiro

Indefiro. Motivar:_____

Data: 18/11/2026

_____
PREFEITO MUNICIPAL

João Paulo Beltrão dos Santos